

## Conferência de Imprensa

O Ministério da Educação convidou o SINDEP- Sindicato Nacional dos Professores, no dia 25 de setembro, para uma participação conjunta com as autoridades de saúde e associação de pais e encarregados de Educação na discussão e aprofundamento dos cenários da abertura do Novo Ano Letivo 2020/2021 a 1 de outubro, no contexto da pandemia do Covid.19.

Como é sabido, o SINDEP, enquanto legítimo representante da Classe Docente, não tem estado alheio às implicações da pandemia do Covid-19 no setor da educação em Cabo Verde. Daí que tenha estado a acompanhar, com preocupação, a evolução em crescendo do número de casos da Covid.19 em Cabo Verde, como em todo o mundo, tendo em conta, em particular, o cenário do possível agravamento da pandemia com o regresso às aulas presenciais ou semipresenciais, em especial dos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário. De resto, se esta preocupação é bem patente em diversos países mais desenvolvidos e com sistemas de saúde mais evoluídos, justifica-se o receio de o nosso país poder vir a enfrentar uma situação bastante difícil e, talvez, insustentável com o regresso às aulas presenciais.

Neste contexto, particularmente nas Ilhas de Santiago, Fogo e Sal, o SINDEP defende que o Ministério devia e deve optar pelo Ensino Online ou a distância, embora com as suas conhecidas limitações no contexto cabo-verdiano, até ao regresso a uma normalidade aceitável, porque, além do número significativo de casos de Covid-19 existente nessas ilhas, acresce o facto de que nem os docentes, nem os alunos, nem as famílias se encontram devidamente preparados para o cenário de ensino semipresencial previsto pelas autoridades, par o qual não está garantido o distanciamento social de forma adequada ou suficiente.

Na verdade, o cerne da questão é este: além dos riscos de contágios decorrentes da deslocação diária, na ida à escola e no regresso à casa, de milhares de alunos nos meios de transportes coletivos de passageiros, apresentam-se enormes dificuldades de distanciamento que resultam das próprias características dos estudantes quando convivem no pequeno espaço escolar.

Por outro lado, e parecendo ignorar os sérios riscos que o pessoal da educação terá de enfrentarem em breve, o Ministério da Educação não está a distribuir máscaras de proteção para os professores, alunos e funcionários dos Estabelecimentos de Ensino, nem o álcool gel para a desinfeção. A pergunta que não quer calar é esta: se o uso das máscaras e do álcool gel é obrigatório, não caberia ao Ministério da Educação suportar todos os custos inerentes, visto que o Governo foi ajudado por muitos países com máscaras e dinheiro para fazer face a essa pandemia?

Desde 2011, não foi repostado o poder de compra dos professores, os direitos de reclassificação dos docentes não têm sido satisfeitos e os subsídios por não redução de carga horária não se encontram regularizados. Estes encargos nem sequer constam do orçamento rectificativo aprovado, razão porque não é de justiça nem moralmente aceitável que sejam os docentes a suportar os encargos com as máscaras e o álcool gel, para si próprios e para os seus filhos. E tudo isso acontece como se já não bastasse o facto de os professores constituírem uma profissão de alto risco no contexto da pandemia. Cabe aos professores tomar consciência da sua situação e assumir as suas próprias posições.

Perante o atual cenário, que pode traduzir-se no aumento exponencial de casos de Covid19, capaz de representar uma pressão insustentável sobre os serviços de saúde, que já possuem uma capacidade limitada de carga, é entendimento do SINDEP que o Ministério deveria suspender as aulas presenciais nas ilhas de Santiago, Fogo e Sal, onde estão a surgir casos de covid19 todos os dias, sem perspectivas de estancamento, redução ou desaparecimento nos próximos meses. Já nas restantes Ilhas, entende o SINDEP que podem ser reabertas aulas presenciais, complementadas pelo Ensino à Distância, com as devidas cautelas no acompanhamento da situação, com vista a uma rápida introdução das medidas corretivas que eventualmente se impuserem.

Se é verdade que os professores e alunos estão fora das salas de aulas por algum tempo, o que pode provocar stress motivado pela pandemia, não é menos verdade que frequentar as aulas presenciais, sobretudo onde há casos de pandemia em evolução, é um risco sério, tanto mais que os alunos não estão suficientemente preparados para manterem um comportamento condizente com as normas sanitárias recomendadas, sobretudo quando deixam as aulas.

Perante esta situação, a motivação dos professores é fundamental e passa necessariamente pela resolução das suas reivindicações, nomeadamente as progressões, os subsídios por não redução de carga horária e o cumprimento integral do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente. Os recursos para satisfação dessas reivindicações constavam do Orçamento inicialmente aprovado e foram retirados do orçamento rectificativo, sem nenhuma negociação com os Sindicatos. O SINDEP estará disponível para apoiar os professores na sua luta para defesa dos seus direitos, à semelhança das outras classes, porquanto se há dinheiro para lançamento das obras em todos os Municípios, deverá haver meios financeiros para pagar as dívidas aos professores.

É hora de toda a comunidade educativa se juntar em defesa de uma educação de qualidade, inclusiva e em segurança sanitária. E é hora de todos os professores, com a compreensão e a solidariedade de toda a sociedade, lutarem pela defesa de suas vidas, dos seus direitos profissionais e de condições adequadas para o seu desempenho da sua nobre profissão.